

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

CURSO DE PSICOLOGIA

Andréia Esperidião Port

**EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO FAZER DA PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES
DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Santa Cruz do Sul
2020

Andréia Esperidião Port

**EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO FAZER DA PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES
DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
para obtenção do Título de Psicóloga.

Orientadora: Ma. Alissia Gressler Dornelles.

Santa Cruz do Sul
2020

AGRADECIMENTOS

O desejo de ser psicóloga me acompanha desde muito cedo, com uma vida não muito fácil passei por diversos desafios, e me deparei com muitos obstáculos. No entanto nesse percurso, encontrei muitas pessoas das quais tive carinho, amor, força e incentivo para nunca desistir dos sonhos. Obrigada a todos.

Agradeço, a Deus por cada vitória ao longo desse caminho e também pelas derrotas, as quais me serviram de aprendizado.

Ao meu esposo Eduardo Port, por ser meu companheiro, amigo, minha estrutura e meu grande incentivador. Você foi essencial durante este período. Obrigada por acreditar em mim e sonhar comigo os meus sonhos. De fato, me faltam palavras para agradecer tudo que fez por mim.

À minha filha Ana Júlia Port, por ser minha coragem, minha verdade, meu conforto, minha luz, minha parceira e por vezes meu colo. Obrigada pelo aprendizado, paciência e pelo seu amor.

Ao meu sogro Breno Port, pela ajuda e pelo carinho (saudades). Um agradecimento mais especial ainda a minha sogra Maria Helena Port, que é mais que uma sogra, é uma mãe. Agradeço por sempre estar ao meu lado e pelo tanto que já fez por mim.

Ao meus pais, por não terem respondidos minhas perguntas, aprendi a procurar as minhas respostas e assim ressignificar minha história de vida.

À minha irmã Angélica Esperidião, por todo amor, carinho, amizade e atenção quando precisei. Obrigada por acreditar em mim.

Aos meus amigos e amigas que me ajudaram com palavras de incentivo e carinho. Em especial ao compadre Daio Borba de Oliveira, que tantas vezes nos ajudou com a Júlia. Minha gratidão.

À minha orientadora Alíssia Gressler Dornelles. A escolha para que você fosse minha orientadora nesse final de graduação, aconteceu com a seguinte certeza, a confiança em seu conhecimento como profissional e por amar a sua essência como pessoa.

“Entre o real e o ideal, existe o possível.”
(Karine Vanessa Perez)

RESUMO

Esta pesquisa de caráter qualitativo exploratório teve por objetivo compreender o trabalho desenvolvido por psicólogos (as) em instituições de acolhimento/abrigos de crianças e adolescentes e identificar quais os desafios e a importância da psicologia para auxiliar no cuidado desses sujeitos. Para tanto, teve-se como foco uma instituição municipal de acolhimento de crianças e adolescentes/abrigo localizado em um município do Vale do Rio Pardo. Foram entrevistadas seis psicólogas que atuaram na equipe técnica do serviço de acolhimento em questão. Utilizou-se para levantamento dos dados entrevistas semiestruturadas, as quais foram analisadas a partir da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e posteriormente categorizadas. Os resultados analisados apontaram que os desafios encontrados pelos profissionais de psicologia se dão devido a especificidades do fazer da psicologia que é a subjetividade, com outros campos do saber. Deste modo, há a necessidade de haver um delineamento entre esses saberes. Nos dados levantados também identificamos outras problemáticas que permeiam esta área de atuação, o que nos possibilitou reflexões essenciais para com aqueles que estão envolvidos com a realidade de crianças e adolescentes acolhidos.

Palavras Chaves: Psicologia. Abrigo. Acolhimento Institucional. Infância. Adolescência.

ABSTRACT

This exploratory qualitative research aimed to understand the work developed by psychologists in childcare and shelter institutions and to identify the challenges and the importance of psychology to assist in the care of these subjects. To this end, we focused on a municipal institution for children and adolescents / shelter located in a municipality in the Rio Pardo Valley. Six psychologists who worked on the technical team of the host service in question were interviewed. Semi-structured interviews were used to survey the data, which were analyzed using the Bardin Content Analysis technique (2011) and later categorized. The analyzed results showed that the challenges encountered by psychology professionals are due to specificities in the making of psychology, which is subjectivity, with other fields of knowledge. Thus, there is a need to delineate this knowledge. In the data collected, we also identified other issues that permeate this area of activity, which enabled us to reflect essentially on those who are involved with the reality of children and adolescents welcomed.

Keywords: Psychology. Shelter. Institutional Reception. Childhood. Adolescence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REVISÃO BIBLIOGRAFICA.....	9
2.1	A História da Institucionalização.....	9
2.2	Contextualização Histórica do Acolhimento	11
2.3	Estatuto da Criança e do Adolescente e o Abrigo	13
2.4	A Psicologia no Brasil.....	15
2.5	A Psicologia na Política de Assistência Social	17
3	METODOLOGIA	20
3.1	Caracterização da Pesquisa	20
3.2	Caracterização das Participantes	20
3.3	Instrumentos de Pesquisa.....	22
3.4	Procedimentos Metodológicos.....	22
3.5	Considerações Éticas	23
3.6	Análise de Dados	23
4	DISCUSSÃO DOS DADOS	25
4.1	Adentrando no Abrigo: contratação.....	25
4.1.1	O ingressar no abrigo: treinamento e capacitação.....	27
4.1.2	Conhecendo a função	28
4.2	Desenvolvendo o trabalho no abrigo: dificuldades encontradas	30
4.2.1	O fazer Psi: entre a teoria e a prática	32
4.2.2	Percepções e sentimentos sobre a experiência de atuar no abrigo	34
4.3	Vivências de sofrimento e prazer do psicólogo (a) em seu fazer no abrigo	35
4.4	Importância e desafios da psicologia no contexto de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas	50
	ANEXO A - Termo de consentimento livre esclarecido.....	51
	ANEXO B – Termo de aceite Coordenação Curso de Psicologia	53
	ANEXO C – Termo de aceite Secretaria de Políticas Públicas - SEPOP	54

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 12.010, art. 02, reconhece a criança como aquele indivíduo com idade de até 12 anos incompletos e os adolescentes entre 12 e 18 anos completos como sujeitos de direito em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Atribui a família, ao Estado e a sociedade a tarefa de assegurar os direitos fundamentais dos mesmos (BRASIL, 2016). Compreendemos que é dever dos pais criar e educar seus filhos, no entanto observa-se que a violência e a negligência com crianças e adolescentes vem sendo praticada de diferentes formas, tendo como mais recorrente a violência intrafamiliar.

Deste modo crianças e adolescentes que sofrem qualquer tipo de abuso ou negligência em seus lares, acabam sendo afastados de suas famílias. Diante desta condição a criança ou o adolescente poderá ficar sob os cuidados da família extensa. Caso esta família não tenha condições de acolher e cuidar desta criança ou adolescente, ele será encaminhado para um acolhimento institucional (BRASIL, 1990, p. 19). De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) (Brasil, 2006), um dos profissionais que compõem a equipe técnica do acolhimento institucional é o profissional de psicologia.

Sendo assim, este estudo teve por objetivo compreender o trabalho desenvolvido por psicólogos (as) em instituições de acolhimento/abrigos de crianças e adolescentes. Conhecer as vivências e reflexões dos (as) psicólogos (as) sobre seu trabalho nestas instituições. Entender qual a importância da psicologia (a) dentro do contexto de acolhimento e identificar quais os desafios da psicologia para auxiliar no cuidado de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos. Para tanto, a questão norteadora deste estudo foi: qual a função da psicologia em abrigos institucionais, para garantir o cuidado de crianças e adolescentes em situação de acolhimento?

Silva et al. (2015) cita Silva (2009), onde esse autor fala que a atuação psicológica em serviços de acolhimento/abrigos é ampla, porém ainda é um campo pouco explorado. Para esse autor os (as) psicólogos (as) ainda estão se apropriando dessa demanda. Diante disso, fomos em busca de literaturas e bibliografias que falavam sobre vivências de atuação dos profissionais de psicologia nestas instituições, encontramos pouco material. Há diversos artigos e textos em livros a respeito do abrigo e da institucionalização, no entanto, poucos tratavam a respeito do fazer *psi* dá psicologia em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

A escolha por esse tema surgiu em decorrência da realização do estágio obrigatório em psicologia em um abrigo municipal localizado em um município do Vale do Rio Pardo, que acolhe meninos e meninas com idade entre 12 e 18 anos. A partir das vivências do estágio e do contato com as psicólogas do local, surgiram questionamentos e reflexões quanto o fazer *psi* nesta instituição, como as profissionais entendiam suas práticas dentro do abrigo e sobre os desafios de atuar em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes.

Sobre acolhimento, Ferreira (1975, p. 27) nos fala que acolher é “[...] dar acolhida, admitir, aceitar, dar ouvidos, dar crédito, agasalhar, receber, atender.” Cabe destacar que durante a experiência do estágio surgiram também inquietações, percebemos que escutar e acolher histórias contadas por estas crianças e adolescentes é de extrema necessidade. No entanto observamos que neste contexto, o trabalho do (a) psicólogo (a) está mais pautado no fortalecimento de vínculos familiares e sociais, do que em uma escuta atenta e sensível frente as demandas trazidas pelas crianças e adolescentes acolhidos no abrigo.

Tais questionamentos e inquietações funcionaram como elementos relevantes para a elaboração desta pesquisa, pois sentimos a necessidade de ir em busca uma melhor compreensão sobre o fazer *psi* dos psicólogos (as) em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Pretendemos com este estudo, promover um pensar-reflexivo sobre a atuação psicológica em uma instituição/abrigo infanto-juvenil, um serviço de alta complexidade.

Deste modo no primeiro capítulo do trabalho destacaremos elementos teóricos que serviram de base para a elaboração e desenvolvimento do trabalho, apontaremos os processos metodológicos e a forma como ocorreu a análise de dados. Na sequência apresentaremos a primeira parte do estudo, em que descreveremos a forma como os profissionais adentraram no abrigo. Subsequente a isso faremos um levantamento das dificuldades encontradas pelas profissionais entrevistadas e refletiremos sobre possíveis vivências de sofrimento e prazer que os (as) psicólogos (as) teriam desenvolvido no seu fazer nesta instituição. Por fim abordaremos a importância da psicologia no contexto institucional e quais os desafios que esta profissão e suas especificidades encontraram no seu fazer *psi*, em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

Ao final do trabalho traremos as considerações finais de nossa pesquisa, que na verdade entendemos nunca ser um final. Pois um dos fatores que envolve o trabalho do (a) psicólogo (a) é problematizar e promover reflexões, uma vez que temas inquietantes são constantes na atuação e no fazer da psicologia. E isto é o que nos aguça para uma necessidade de ampliar as discussões sobre o tema abordado nesta pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

2.1 A História da Institucionalização

Sabe-se que é dever dos pais criar e educar seus filhos, como também da sociedade civil zelar pelo cumprimento desses deveres, mas a violência e a negligência com crianças e adolescentes, vem sendo praticada de diferentes formas e com grave ameaça à vida. Trata-se de uma situação que se estabelece por inúmeros fatores e vem de uma trajetória humana das relações sociais. A mais comum é a violência intrafamiliar, que ocorre através de agressões internas, externas, como também psicológica, onde a omissão aos cuidados causa danos ao desenvolvimento pessoal (ALGERI; SOUZA, 2006).

Santos (2013), fala que crianças e adolescentes são indicados na literatura sobre a infância e a juventude como objeto de descuidos, desatenção, desproteção, negligência, abandono, maus-tratos e violências, demonstrando que esse período não é muito respeitado. O autor fala ainda que:

[...] de acordo com o grau do abuso, físico, sexual ou psicológico, até mesmo o tipo de negligência sofrida, crianças e adolescentes estão expostos a danos à saúde e a agravos sociais reparáveis ou não, além de serem grupos mais vulneráveis e suscetíveis a riscos e violação dos seus direitos (SANTOS, 2013, p. 65).

Conforme a Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), havendo a impossibilidade de a família dar os cuidados necessários, a criança ficará em uma família substituta, que não seja um parente consanguíneo, ou em acolhimento institucional/abrigo, que receberá auxílio do governo para isto. Haverá, assim, alguém responsável por garantir um ambiente familiar adequado a esta criança, de forma a assegurar “[...] a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL, 1990, p. 19).

Conforme Santos (2000, p. 79), foi no século XIX que surgiu as primeiras instituições de abrigo e de amparo a criança, mas somente no século XX é que surgiram os primeiros códigos de leis direcionados a infância e adolescência. Inicialmente essas instituições foram organizadas pelas classes privilegiadas da sociedade, pois viam essa prática de caridade como salvação de sua alma.

Percebe-se que ao longo da história, os abrigos surgem como uma garantia de proteção a crianças em situação de abandono. Ainda que na década de 60, foram criadas as instituições totais de abrigo, que além da proteção, visavam a educação e capacitação da infância e da

adolescência delinquente, sendo que nelas os sujeitos eram isolados até sua regeneração, sendo eles treinados para ser devolvidos a sociedade mais dóceis e úteis (SANTOS, 2000).

No ano de 1964,

a representação que já se tinha da criança e da adolescência, era de um indivíduo repleto de carências biopsicossociais. E para reverter a situação mencionada no parágrafo anterior, foi neste ano então criado a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, juntamente com a criação da Funabem, da Febem e outros órgãos federais, estaduais e os órgãos executores, na tentativa de suprir e minimizar suas necessidades. (SANTOS, 2000, p. 82).

Entretanto, na década de 70 com o início da abertura democrática, iniciou-se o movimento de educação progressista, mobilizando educadores e profissionais da área, desta forma o menor deixou de ser visto como um monte de carência, e passa a ser percebido como sujeito de sua história e com potencial de futuro. Contudo, destaca-se a importância que teve a criação do ECA para a realidade desses indivíduos, sendo a revolução que precisava na forma de conceber e tratar questões da infância e juventude (SANTOS, 2000).

O autor destaca ainda que, na prática o que está escrito no papel não ocorre, e que para que as crianças tenham assegurados seus direitos com base no cumprimento das normas e princípios do ECA, não basta apenas saber que ele existe, mas sim lê-lo de forma adequada, construindo reflexões críticas e transformadoras quanto à postura e a abordagem da prática profissional que foi construída e instituída na área da criança da infância e adolescência, principalmente pelo Poder Judiciário (SANTOS, 2000).

A partir disso, cabe destacar outro fator importante que está ligado as leituras equivocadas feitas em relação ao ECA, as quais confundem a proteção integral, o respeito a condição da criança de pessoa em desenvolvimento, com impunidade. Os acolhimentos institucionais, ter por objetivo atender as demandas produzidas pelas condições de vulnerabilidade pessoal e social da infância e da adolescência, o ECA preconiza, conforme o artigo 90, programas de proteção socioeducativos destinados às crianças e adolescentes. Esses programas são parte de medidas de proteção e devem oferecer acolhimento e apoio ao desenvolvimento da criança e do adolescente afastado da família (BRASIL, 1990).

Desse modo sempre que os direitos infanto-juvenil forem violados, terão de ser encaminhados aos abrigos municipais, afim de receberem proteção integral objetivando acompanhamento social. Sendo essa instituição uma entidade cumpridora de medida de proteção que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, cujo caráter provisório e excepcional, é utilizável como forma de transição para reinserção familiar e/ou

para integração em família substituta de acordo com a Lei nº 12.010, artigo 101, do ECA (BRASIL, 2016).

Situações como a referida acima parece ser uma das principais práticas de atendimento a infância pobre em nosso país, ou seja, o acolhimento institucional é umas das linhas de ação política que dá garantia dos direitos da criança e do adolescente. O ECA ressalta ainda, que quem estiver inserido em programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada, tendo sempre a preferência pelo retorno a sua família ou a colocação em família substituta, sendo sua permanência na instituição de acolhimento não superior a dois anos, exceto em casos de necessidade ou de interesse superior para a criança e/ou adolescente (BRASIL, 1990). Cabe destacar, que algumas crianças e/ou adolescentes permanecem em situação de abrigamento por um período maior do que previsto na lei.

Levando em conta que esses sujeitos têm seus próprios interesses, mesmo que estes não coincidam com os dos adultos, elas não podem proteger-se por si mesmo. Deste modo o artigo 3, do ECA, traz que deve ser assegurado a criança e ao adolescente todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, sem discriminação social, financeira, étnica, social ou qualquer outra forma de diferenciação (BRASIL, 1990).

2.2 Contextualização Histórica do Acolhimento

Conforme Bento (2014), o abandono de Crianças e Adolescentes no Brasil tem suas origens na colonização Portuguesa. As crianças eram separadas de suas famílias e lavadas para morarem em abrigos, chamados na época de Casa dos Muchachos. Os padres educavam as crianças longe de suas famílias, estratégia elaborada pelos Jesuítas para catequizar os nativos. O autor fala ainda que a casa era ocupada por meninos Indígenas e também órfãos vindos de Portugal, deste modo as crianças indígenas se tornavam interpretes das crianças portuguesas. E desta forma surgiu as primeiras instituições de acolhimento de crianças e adolescentes (BENTO, 2014).

Corroborando com estas informações Rizzini (2004), aponta que antigamente as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes tinham uma demanda persistente e aumentada devido às condições de pobreza de grande parte da população e, ao mesmo tempo, não eram criadas alternativas que evitassem a separação de crianças de suas famílias e comunidades. As autoras falam também sobre as várias gerações de crianças que passaram sua infância e adolescência internadas em instituições fechadas, denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos”, mas com a aprovação do ECA (1990), os orfanatos caíram em

extinção. Entretanto, persistiram resquícios da intervenção autoritária no âmbito da família, assim como a cultura da institucionalização, em parte, por estar enraizada e resistente a mudanças, ou por ainda existir um modelo assistencialista que mantém a população na pobreza. Segunda as autoras muitas das dificuldades que as famílias passam não são compreendidas como violação de direitos pelo estado, mas sim como falha da própria organização familiar (RIZZINI, 2004).

Venâncio (2010), relata que o fenômeno do abandono de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento ganhou enfoque a partir de denúncias sobre a precariedade das instituições. Deste modo ocorreram debates na Europa, Brasil e Portugal sobre as condições destes locais. Tais discussões promoveram movimentos para o estabelecimento de normativas para as condições de higiene e cuidados. Segundo o autor foi a partir destes movimentos que a igreja católica criou importantes obras que descreviam a boa criação dos meninos injetados (VENÂNCIO, 2010).

Em 1922 ocorreu o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, sendo a partir desse congresso que as questões de assistência à infância no Brasil passaram a ser discutidas. Mas somente no ano seguinte através do decreto nº. 16.272, de 20 de dezembro de 1923 foram criadas as primeiras normas de assistência social direcionadas a proteção de menores abandonados. Em sequência a isso, a justiça do Distrito Federal incluiu em sua administração um Juiz de Menores, desta forma crianças e adolescentes passaram a ter uma legislação especial (PILOTTI; RIZZINI, 1995).

As autoras discorrem também que atualmente vivemos uma espécie de retórica em relação ao passado. Hoje não falamos em internações de menores abandonados, mas em acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco, respeitando seu direito a convivência familiar e comunitária. Desta forma “[...] a criança ou adolescente que estiverem em situação de abrigo e tem uma família, necessita de alguma medida de apoio”, esse auxílio é obtido por meio de políticas públicas que possam minimizar o tempo de permanência da criança ou adolescente no abrigo (RIZZINI, 2004, p. 14).

Por fim, percebe-se que, com o passar do tempo, a ideia de criança e adolescente foi se transformando. Atualmente há uma busca pela compreensão da infância e adolescência como um momento a ser protegido, garantido e reconhecido com prioridade absoluta, pois são sujeitos com direito e de responsabilidade compartilhada por todos da sociedade.

2.3 Estatuto da Criança e do Adolescente e o Abrigo

O ECA, Lei nº 12.010, artigo 2, reconhece a criança como aquele indivíduo com idade de até 12 anos incompletos e os adolescentes entre 12 e 18 anos completos, como sujeitos de direito em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e atribui a família, ao Estado e a sociedade a tarefa de assegurar os direitos fundamentais dos mesmos (BRASIL, 2016). Infelizmente tal determinação é insuficiente para ocultar o que atualmente vivemos, uma realidade em que a pobreza e as diversas formas de violência contra as crianças e adolescentes ainda se fazem presente no contexto atual.

O ECA visa um conjunto de leis que asseguraram a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo a família, a sociedade e poder público, como aqueles que zelam e resguardam estes sujeitos. Dentre estes direitos, podemos citar alguns como:

A vida, a saúde, a educação, a alimentação, o esporte, o lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, o respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária. O indivíduo é considerado criança até os 12 anos completos e adolescente entre os 12 e 18 anos. Desse modo, o ECA se configura em uma medida de proteção. (BRASIL, 1990, p. 10).

Crianças e adolescentes que estiverem inseridos em programa de acolhimento institucional terão sua situação reavaliada, sendo que a medida a ser tomada de forma prioritária é reintegração familiar ou a colocação em família substituta. A permanência na instituição de acolhimento não pode ser superior a dois anos, exceto em casos de necessidade ou de interesse para a criança e/ou adolescente. Tais instituições são classificadas como entidades de atendimento pelo Estatuto e são responsáveis pelo sua própria manutenção, planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. As mesmas são fiscalizadas pelo Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares (BRASIL, 1990).

Dentre os princípios do ECA, estão a preservação dos vínculos familiares, promoção da reintegração familiar, integração em família substituta (caso não seja possível na família de origem) e atendimento personalizado em pequenos grupos. Da mesma forma, não se deve fazer o desmembramento de grupos de irmãos, nesses casos deve-se evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados. Bem como a participação na vida da comunidade local, preparação gradativa para o desligamento e participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 1990).

Segundo o Estatuto, para as crianças e adolescentes que ingressarem em uma instituição de acolhimento será realizada uma Guia de Acolhida, uma ferramenta expedida por autoridade judiciária que deverá constar os seguintes dados:

- I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos;
- II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;
- III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda;
- IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar. (BRASIL, 1990, p. 55).

Tendo estas informações em vista, podemos concluir que o ECA, visa garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Dentro das medidas protetivas previstas pelo referido Estatuto, o acolhimento institucional é uma das formas de assegurar a integridade física, moral e psíquica dos sujeitos. Com o objetivo de atender as demandas produzidas pelas condições de vulnerabilidade pessoal e social de crianças e adolescentes, o ECA preconiza, conforme o artigo 90, programas de proteção socioeducativos destinados às crianças e adolescentes. Esses programas são parte de medidas de proteção e devem oferecer acolhimento e apoio ao desenvolvimento da criança e do adolescente afastado da família (BRASIL, 1990).

Brasil (2006) descreve que a função dos programas de acolhimento institucional está em garantir a proteção, oferecer moradia e alimentação, assim como a higienização e demais cuidados aos indivíduos. Embora com a garantia de uma melhor estadia possível, o tempo de permanência da criança e do adolescente na instituição de abrigo deve ser o mais curto possível. É importante considerar seu contexto e fortalecer a família para torná-la capaz de cumprir com seu dever de cuidado. (BRASIL, 2006).

O Estatuto da Criança e Adolescente sinaliza a importância das políticas de direitos, contemplando o entendimento que envolve a integração das deliberações sobre as políticas para a infância e para a adolescência na nova organização sócio-política do país. Nesse contexto, as leis são concebidas como instrumentos necessários à democracia. Trata-se de uma reversão de concepções e práticas que guardam aproximações com as lutas desencadeadas na década de setenta, em prol da democratização das relações sociais (SILVEIRA, 2004, p. 63).

As sequelas de um período de institucionalização prolongado para a criança e adolescente já são por demais conhecidas e afetam a sociabilidade e a manutenção de vínculos afetivos na vida adulta. Os danos causados pela institucionalização poderão ser maiores quanto mais longo for o tempo de espera, “o que interfere não só na adaptação em caso de retorno à família de origem, [...] como nos casos de inserção em família substituta.” (GARCIA, 2009, p. 34).

Observa-se que o ECA, foi uma conquista construída historicamente no decorrer de um processo que se prolongou por várias décadas, e que envolve diferentes segmentos da sociedade. O Estatuto sugere um novo olhar para a infância e a adolescência, pois prevê a proteção integral aos seus direitos, reconhecendo a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos. O Abrigo Municipal encontra-se dentro dessa perspectiva, sendo um local de moradia provisória e que oferece proteção para as meninas e meninos que vivem no abrigo, se caracteriza por oferecer aos adolescentes, a participação da vida social e comunitária através de recursos escolares, profissional e de lazer.

2.4 A Psicologia no Brasil

Cagnani (2016) aponta que em 1962 devido a necessidade social de suas funções e conhecimentos, a psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil. Sendo que as áreas de atuação dos psicólogos sofreram alterações ao logo de seus 53 anos de regulamentação. A autora fala também que após o reconhecimento da psicologia como profissão, no ano de 1964 houve o início da ditadura militar no país, e com isso surgiu a impossibilidade de que a temática social fosse integrada nos currículos dos cursos. Cita o Conselho Federal de Psicologia (2013), onde relata que esse aspecto distanciou os profissionais de uma visão crítica sobre o contexto sociopolítico da época, e este fato colaborou para idéia de que o psicólogo só fazia terapia (CAGNANI, 2016).

Soares (2010) conta que foram os médicos em suas teses de doutorado que contribuíram com os primeiros estudos da psicologia no Brasil, desencadeando conhecimentos e achados de interesses para homens de cultura e não somente para filósofo e ou historiadores. O autor fala ainda que os estudos da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, inclinavam para a área de Neurosiquiatria, Psicofisiologia e Neurologia. Sendo que em suas teses defendidas, a psicologia era analisada em suas relações com os campos de estudo e pesquisa (SOARES, 2010).

Entendendo que não se faz Psicologia, em termos profissionais, sem que a solidez de cultura, a criatividade subjetiva e competente e a execução profissional, ética e humanamente elevada, se unifiquem na pessoa adulta e responsável do profissional, e se manifeste, por isso mesmo, num respeito intocável à dignidade da pessoa humana, na sua unicidade e singularidade. O que Segundo Conselho Federal de Psicologia dedicou-se, com especial afinco, a responder às necessidades de preparo profissional dos estudantes de Psicologia, através de atos que traduzem o alto descortínio dessa Autarquia Federal. Constituiu, para consecução de tal objetivo, uma Comissão Especial para o Estudo de Currículos dos Cursos de Psicologia, passando a contribuir, pouco depois, com os esforços do DAU, (Departamento de Assuntos Universitários), para aprimoramento de tais trabalhos, mediante a presença efetiva de alguns dos, seus membros e de outros profissionais da área (Portaria nº 05, de 18 de janeiro de 1977),

em seu planejamento de currículos específicos. A 13 de maio de 1978, a Resolução nº 05 definiria a figura e as funções do Auxiliar de Psicólogo, em atendimento tanto ao processo de Fiscalização Profissional, quanto à defesa da tipicidade da orientação do Psicólogo, como profissional (SOARES, 2010, p. 34).

Antunes (2014, p. 8), diz que a psicologia como campo de conhecimento tem contribuído na ampliação de uma compreensão aos problemas humanos, seu campo de atuação tem exercido uma função social de extrema importância. Todos os dias novos conhecimentos surgem aprofundando novas técnicas e formas de intervenções mais produtivas, no entanto, “[...] antigos problemas permanecem como a miséria, a exclusão social, a violência, o desemprego, racismo e outros.” Deste modo, o pensar nos problemas atuais, fazem com que a psicologia que se de frente com tarefas maiores e mais desafiadoras. Sobre a compreensão da psicologia com a sociedade, Antunes (2014, p. 8) destaca ainda que:

É preciso que tenhamos uma compreensão mais ampla da Psicologia e de sua relação com a sociedade; nesse quadro, o conhecimento da História da Psicologia torna-se particularmente importante. A compreensão do processo de construção histórica de uma área de conhecimento é tão imprescindível quanto o conteúdo de suas teorias e o domínio de suas técnicas que, tomados atemporalmente, são meros fragmentos de uma totalidade que não se consegue efetivamente apreender.

Segundo o autor, para compreendermos a Psicologia como construção histórica devemos considerar três aspectos: o desenvolvimento específico das ideias e práticas psicológicas, sua base epistemológica e os fatores contextuais (aspectos estes só separáveis como recurso didático). O conhecimento de tais elementos é condição necessária para uma reflexão profunda e para o estabelecimento de parâmetros a fim de responder aos desafios que se colocam hoje para esta ciência (ANTUNES, 2014).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia – CFP (2008, p. 1), o conhecimento teórico e técnico da psicologia aplica-se:

Com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais. O Psicólogo, dentro de suas especificidades profissionais, atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano. Contribui para a produção do conhecimento científico da psicologia através da observação, descrição e análise dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal; analisa a influência de fatores hereditários, ambientais e psicosociais sobre os sujeitos na sua dinâmica intrapsíquica e nas suas relações sociais, para orientar-se no psicodiagnóstico e atendimento psicológico; promove a saúde mental na prevenção e no tratamento dos distúrbios psíquicos, atuando para favorecer um amplo desenvolvimento psicossocial; elabora e aplica técnicas de exame psicológico, utilizando seu conhecimento e práticas metodológicas

específicas, para conhecimento das condições do desenvolvimento da personalidade, dos processos intrapsíquicos e das relações interpessoais, efetuando ou encaminhando para atendimento apropriado, conforme a necessidade.

A atuação do psicólogo se baseia na realização de tarefas profissionais individuais e em equipes multiprofissionais, tanto em instituições privadas ou públicas, ou em organizações sociais formais ou informais. Psicólogos podem atuar em locais como: hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde, consultórios, creches, escolas, associações comunitárias, empresas, sindicatos, fundações, varas da criança e do adolescente, varas de família, sistema penitenciário, associações profissionais e/ou esportivas, clínicas especializadas, psicotécnicos, núcleos rurais e nas demais áreas onde as questões referentes à profissão estejam presentes e sua atuação seja pertinente (CFP, 2008).

2.5 A Psicologia na Política de Assistência Social

Conforme descrito na Cartilha dos parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social, publicada em 2007 como produção técnica conjunta do Conselho Federal de Psicologia - CFP e Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (CFP; CFESS, 2007, p. 20):

A regulamentação da Psicologia como profissão ocorreu em 1962. A ditadura militar que se instalou no País, em 1964, rebateu no processo de formação e exercício profissional e impediu que a temática social fosse inserida nos currículos. A despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o (a) psicólogo (a) só faz psicoterapia.

Entretanto após o final dos anos 80 surgiram mudanças na atuação profissional dos (as) psicólogos (as), vindo a ser adotado um pensar mais comprometido com compromisso social. Deste modo a atuação da psicologia passou a ser praticada a partir de ações pensadas e implicadas na sociedade brasileira (CFP; CFESS, 2007).

Malvezzi (2010, p. 17), descreve que atualmente a profissão de psicólogo está presente em toda sociedade e é amplamente reconhecida em sua potencialidade de serviço. O autor destaca que “[...] a origem desta profissão como espaço técnico e especializado de conhecimento e de serviços está evidenciada em incontáveis atividades nos campos acadêmicos, jurídico, social, saúde, do trabalho e da educação, desde a segunda metade do século XIX”.

Quanto a psicologia no campo das políticas de Assistência Social e conforme descrito na cartilha das Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS - CREPOP (CFP, 2007), a atuação do psicólogo (a) na assistência social está basicamente pautado na consolidação dos usuários como pessoas de direitos, e igualmente no fortalecimento das políticas públicas. De acordo com a cartilha (CFP, 2007, p. 22), as Políticas Públicas são:

Um conjunto de ações coletivas geridas e implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteando-se pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendo a dialogar com o sujeito cidadão. Uma psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, as potencialidades, os objetivos e as experiências dos oprimidos.

Sendo assim a contribuição da psicologia dentro das Políticas Públicas de Assistência Social se dá no fortalecimento da cidadania, promovendo a emancipação social das famílias e sempre levando em conta a subjetividade de cada um dos sujeitos dentro do seu contexto social. A prática dos psicólogos não é classificar, patologizar e particularizar os indivíduos atendidos; esse profissional deve sim entender e intervir sobre os recursos psicossociais na busca de conhecimento sobre como eles ocorrem, compreendendo de forma conjunta os aspectos históricos e culturais da sociedade como um todo (CFP, 2007).

Parker (2007), citado por Senra e Guzzo (2012) fala que historicamente a psicologia era vista como um instrumento ideológico compartilhado e utilizado apenas pela burguesia; entretanto no Brasil a profissão passou a se caracterizar a partir de um profissional que focava no indivíduo isolado de seu contexto social. Os autores trazem também Paiva e Yamamoto (2010) onde os autores descrevem que ao adentrar nos campos da Política Social os psicólogos tiveram que rever e reaprender a fazer e pensar o trabalho da psicologia (SENRA; GUZZO, 2012).

Outro ponto acrescido a cartilha das referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS (CFP, 2007, p. 23) é que:

A capacidade de enfrentamento das situações da vida é afetada pelas experiências, condições de vida e significado construídos ao longo do processo de desenvolvimento. Alterar o lugar do sujeito nas políticas de Assistência Social, potencializando a sua capacidade de transformação, envolve a construção de novos significados.

Neste caso, o psicólogo deve sempre lembrar que tais mudanças abarcam o contexto social em seu todo e este deve ser ressignificado, ou seja, para que o sujeito consiga se ver empoderado sobre seus direitos, assim como fortalecido em suas necessidades subjetivas é

importante haver um rompimento no movimento de exclusão, buscando um novo pensar sobre vulnerabilidade social na qual o sujeito se encontra (CFP, 2007, p. 22).

É preciso, portanto, olhar o sujeito no contexto social e político no qual está inserido e humanizar as políticas públicas. Os cidadãos devem ser pensados como sujeitos que tem sentimentos, ideologias, valores e modos próprios de interagir com o mundo, constituindo uma subjetividade que se constrói na interação contínua dos indivíduos com os aspectos históricos culturais e afetivo-relacionais que os cercam. Essa dimensão subjetiva deve ser levada em consideração quando se organizam e executam as políticas públicas. Compreender o papel ativo do indivíduo e a influência das relações sociais, valores e conhecimentos culturais sobre o desenvolvimento dos sujeitos, contribui-se para a promoção de novos significados ao lugar do sujeito cidadão, autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados. Valorizar a experiência subjetiva do indivíduo contribui para fazê-lo reconhecer sua identidade e seu poder pessoal. Operando no campo simbólico e afetivo-emocional da expressividade e da interpretação dialógica, com vistas ao fortalecimento pessoal, pode-se desenvolver condições subjetivas de interação social. (CFP, 2007, p.23).

Com base nos dados do CFP (2008, p. 6),

O compromisso social da Psicologia foi construído com a participação de psicólogos e psicólogas em todo o país em diferentes projetos. Essa psicologia valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para emancipação humana.

Lopes (2005 apud SENRA; GUZZO, 2012, p. 295) aponta que o “[...] conteúdo ideológico está presente na construção e na utilização de todo e qualquer conceito dentro das ciências, com maior ou menor grau de consciência de quem dele se apropria.”

Para enfrentar uma sociedade injusta e desigual com a condição humana, o profissional deve romper com suas próprias amarras históricas comprometidas apenas com a classe social dominante que se mantém reproduzindo e mantendo o status de que as coisas são assim e devem continuar assim. (SENRA; GUZZO, 2012, p. 296).

No entanto os significados imputados a este compromisso acabam se diferenciando conforme a formação profissional e ideológica de cada um dos profissionais de psicologia. Logo, é importante considerar este aspecto também no contexto de atuação deste profissional.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Por ter como objetivo compreender o trabalho desenvolvido por psicólogos (as) em instituições de acolhimento/abrigos de crianças e adolescentes, este estudo se constituiu como uma pesquisa qualitativa exploratória.

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. (MINAYO, 2012, p. 623).

Portanto, elaborou-se trajetórias de investigação que contemplasse a demanda que a prática de Psicologia envolve. Levando em consideração seu fazer político, seu lugar social e suas potencialidades, passamos a refletir sobre o papel dos psicólogos (as) dentro da Política de Assistência Social em especial em instituição de acolhimento/abrigo para crianças e adolescentes.

Assim sendo, a relevância social desta pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer as conquistas, os desafios e a importância da Psicologia no contexto de uma instituição de acolhimento/abrigo. Deste modo produzir reflexões que potencializem novos conhecimentos para essa área de atuação na Política de Assistência Social, especialmente no contexto da alta complexidade.

Ressaltamos que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul sob CAAE nº 26322819.3.0000.5343 em 09 de janeiro de 2020.

3.2 Caracterização das Participantes

Participaram deste estudo seis psicólogas que atuaram na equipe técnica do serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes/abrigo em um município do Vale do Rio Pardo. Para evitar situações de constrangimento, optou-se por ter como critério de exclusão psicólogos (as) que ainda estavam atuando no abrigo no momento da coleta de dados para a pesquisa. A escolha deste critério se deu a fim de evitar a mobilização de sentimentos e emoções

que poderiam influenciar na atuação do profissional na instituição, bem como possíveis desconfortos emocionais do psicólogo (a) no momento de responder à entrevista.

Cabe destacar que inicialmente tínhamos como intenção realizar a entrevista com cinco psicólogos (as), mas no decorrer da pesquisa surgiu a possibilidade de entrevistar mais uma profissional de psicologia, somando um total de seis entrevistas realizadas. No decorrer deste estudo foram utilizados pseudônimos, a fim de preservar a identidade das participantes. Suas características são descritas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Caracterização das participantes

Participante	Sexo	Idade	Tempo de atuação na psicologia	Tempo de atuação no serviço de acolhimento	Tipo de vínculo empregatício
Flora	F	35 anos	10 anos	01 ano	Contrato Temporário
Jasmim	F	36 anos	13 anos	01 ano	Contrato Temporário
Margarida	F	28 anos	03 anos	1 ano e 2 meses	Contrato Temporário
Pérola	F	42 anos	17 anos	03 meses	Contrato Temporário
Rosa	F	36 anos	11 anos	11 meses	Contrato Temporário
Violeta	F	35 anos	04 anos	11 meses	Contrato Temporário

Fonte: Autora (2020)

Conforme caracterizações descritas no quadro 1, a faixa etária das participantes variou entre 28 e 42 anos. Referente ao tempo de atuação profissional, observou-se uma diferença, duas entrevistadas atuam a menos de cinco anos, enquanto as demais já atuam a mais de dez anos como psicólogas. Destaca-se que devido a questões específicas da instituição, uma das participantes permaneceu por um curto período no abrigo, as demais cumpriram o tempo de contrato determinado pela instituição de acolhimento, que é de seis meses a um ano.

Quanto ao vínculo empregatício, observou-se que duas das participantes atuaram no abrigo no período em que a coordenação do mesmo era terceirizada, sendo assim as contratações ocorreram após entrevista individual. As demais participantes foram selecionadas através de processo seletivo realizado prefeitura, quando então o abrigo era administrado pelo poder público municipal.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

Para levantamento dos dados, elaborou-se um roteiro semiestruturado de entrevista (APÊNDICE A) composto por vinte perguntas que abordavam aspectos acerca do papel do psicólogo (a) dentro destas instituições, e os desafios encontrados para realizar um trabalho de proteção e cuidado a crianças e adolescentes abrigados.

Triviños (1987) fala que a característica da entrevista semiestruturada se dá pelos questionamentos, pois é através do que surge nas respostas dos entrevistados que conseguimos formular hipóteses.

[...] a entrevista semiestruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, mantendo a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Manzini (2004) relata que a entrevista semiestruturada está centrada nas perguntas principais confeccionadas pelo entrevistador e inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Segundo o autor, as respostas emergidas deste tipo de entrevista podem vir de forma mais livre, não sendo condicionadas a uma padronização. O autor descreve ainda que a possibilidade de se elaborar um roteiro, bem como realizar um planejamento com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos, possibilitará coletar informações, mas também servirá como um meio de o entrevistador se organizar (MANZINI, 2004).

Os encontros ocorreram individualmente, fora do horário de trabalho das participantes, em local privado e indicado pelas mesmas, e que permitia sigilo durante a coleta dos dados. As entrevistas tiveram duração média de uma hora com cada psicóloga. Foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, com a autorização das participantes, sempre preservando a fidedignidade e o sigilo das mesmas. As questões utilizadas como instrumento de investigação deste estudo foram elaboradas pelas autoras.

3.4 Procedimentos Metodológicos

A viabilidade deste estudo contou com aceite da Secretaria de Políticas Públicas que administra a instituição de acolhimento/abrigo situado em um município do vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. O interesse desta pesquisa centrou-se no objetivo de compreender o trabalho desenvolvido por psicólogos (as) em instituições de acolhimento/abrigos para crianças

e adolescentes que se encontram desprotegidos, vítimas de maus-tratos, abusos físicos e sexual e/ou em estado de abandono social. Desta forma, o local teve concordância com o estudo proposto através da assinatura de uma carta de aceite fornecida pelas pesquisadoras.

Após contato com as participantes acerca do interesse em participar da pesquisa, foram agendadas as entrevistas, sendo as mesmas gravadas a partir de um aparelho eletrônico e posteriormente transcritas e submetidas a análise.

3.5 Considerações Éticas

As participantes deste estudo foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos. Receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (ANEXO A) ao início de sua entrevista, considerando todos os cuidados éticos a serem preservados. Como já mencionado anteriormente, para garantir a confidencialidade das informações, as participantes serão identificadas com pseudônimos ao longo do trabalho. Destaca-se que tanto a Secretaria de Políticas Públicas - SEPOP, assim como a coordenação do curso de Psicologia da Unisc, concordaram com o projeto de pesquisa, assinando o Termo de Aceite (ANEXO B) e (ANEXO C).

Por entender que a pesquisa envolve riscos mínimos às participantes, nas esferas psicológicas, social e moral, as mesmas foram orientadas que poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento, se assim desejassem. Além disso em todo o decorrer do trabalho está sendo mantido o sigilo quanto as informações prestadas e a identidade das participantes estão sendo preservada.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram observados os cuidados éticos para a realização da mesma com seres humanos, conforme as resoluções nº 446/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Por fim salientamos que toda a pesquisa envolve risco mínimo de constrangimento, não sendo maior do que o sujeito já vive em seu cotidiano.

3.6 Análise de Dados

Quanto à natureza das informações coletadas e considerando a percepção das entrevistadas em relação ao tema discutido neste estudo, os dados foram analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). A metodologia da análise de conteúdo constitui:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

A interpretação dos dados coletados se deu com embasamento de referenciais teóricos da abordagem psicanalítica. Cagnani (2016), aponta que a partir da utilização de referências teóricas da psicanálise, para atuação na Assistência Social,

o psicólogo também poderia direcionar seu olhar para a singularidade da palavra, o que é clínico e não exclusivamente psicoterápico. Dessa forma, o psicólogo dará à palavra outro valor, fazendo uma leitura própria, diferente de outros profissionais, pois a psicanálise oferece sustentação para se trabalhar e acreditar na força da palavra em qualquer campo (CAGNANI, 2016, p. 41).

Considerando que a intenção deste estudo era tomar conhecimento sobre a realidade sentida e percebida pelas psicólogas que atuaram nesta instituição de acolhimento/abrigo, bem como, compreender os aspectos do trabalho desenvolvidos por elas neste serviço. Entendemos que a utilização da Análise de Conteúdo vinculada a aplicação da abordagem de pesquisa qualitativa, proporcionaria mais liberdade para que as profissionais de psicologia conseguissem responder às questões propostas.

O percurso analítico e sistemático, tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade. Desta forma, a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (MINAYO, 2012 p. 626).

Sendo isso que nos possibilitou uma melhor compreensão dos resultados obtidos, e permitiu uma contextualização e um aprofundamento mais amplo acerca dos sentimentos, das vivências e dos desafios encontrados pelas psicólogas no percurso de suas atividades dentro do abrigo.

4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Conforme preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988) a garantia de proteção social é dever do estado e direito de quem dela precisar, mas ainda é muito recente, considerando os quinze anos da implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) e os treze anos da existência do Sistema Único de Assistência Social- SUAS (BRASIL, 2005). Refletir sobre a psicologia inserida e atuante neste contexto, comprometida social e politicamente, nos provoca a pensar nas mais desafiadoras reflexões e variações da psicologia a serem problematizadas, discutidas e pensadas.

Neste capítulo serão apresentados e debatidos os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com as seis profissionais de psicologia, que atuaram em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes/abrigo.

Deste modo, elaboramos quatro categorias: A primeira, *“Adentrando no abrigo: contratação”* conta com dois subitens: a) *O ingressar no abrigo: treinamento e/ou capacitação* b) *Conhecendo a função* A segunda categoria, *“Desenvolvendo o trabalho no abrigo: dificuldades encontradas”* tendo dois subitens: a) *O fazer Psi: entre a teoria e a prática;* b) *Percepções e sentimentos sobre a experiência de atuar no abrigo.* A terceira categoria denominada *“Vivências de sofrimento e prazer do (a) psicólogo (a) em seu fazer no abrigo”* a quarta categoria *“A importância e os Desafios da Psicologia em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes”*.

As discussões descritas nas categorias foram analisadas a luz de teorias e pesquisas que discorrem sobre o tema deste trabalho e baseada nas falas retiradas das entrevistas.

4.1 Adentrando no Abrigo: contratação

Nery (2018) afirma que a inserção dos (as) psicólogos (as) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), necessita ter sua trajetória contextualizada dentro do campo de Política Pública, desde os primórdios de seu nascimento até sua evolução com a aprovação da nova Constituição Federal, em 1988 e a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993.

Conhecendo a construção histórica da psicologia, e sabendo que muitas vezes ela serviu para legitimar desigualdades sociais entre normalidade e anormalidade. Consideramos inicialmente escrever a respeito de como as participantes foram contratadas.

“eles abriram um processo seletivo né, eu deixei currículo, fiz entrevista direto com a coordenadora do abrigo e com a coordenadora da empresa terceirizada que cuidava do abrigo, ham... perguntaram das experiências, e eu já tinha né, a dos estágios, alguns projetos e também já tinha contato com a rede. [...] acredito que por eu ter esse contato assim né com a rede, deve ter facilitado a minha entrada” (Violeta).

“por indicação da antiga psico do abrigo que estava saindo. [...] por ser coordenado por uma empresa terceirizada, nesse período as contratações da equipe técnica do abrigo eram por processo de seleção de currículo ou indicação de outros” (Margarida).

Como podemos observar nos relatos de Violeta e Margarida a contratação se deu através de entrevista individual, percebemos que neste período o abrigo tinha sua coordenação terceirizada, ou seja, não estava sendo administrado diretamente pelo poder público municipal. Logo o processo seletivo/entrevistas transcorreu diretamente com os coordenadores da instituição.

Dando sequência aos resultados encontrados, verificamos que as participantes Jasmim, Rosa e Flora tiveram as contratações efetivadas após realizarem um processo seletivo simplificado, realizado pela prefeitura municipal. Conforme veremos nos relatos abaixo:

“bom, teve um processo seletivo da prefeitura para contratação emergencial de psicólogos, eu me inscrevi, fiquei entre os primeiros lugares e fui chamada. [...] o processo seletivo não especificava qual seria a área de atuação. [...] eu também não pude escolher, fui chamada e fui colocada no abrigo” (Jasmim).

“em meio a um processo seletivo realizado pela prefeitura” (Flora).

“através de processo seletivo né. [...] passaram-se oito meses após homologação final, para a convocação” (Rosa).

Portanto subentende-se que no período dessas contratações, o abrigo encontrava-se então sob a administração do poder público municipal. Por conhecimento sabemos que muitas vezes o serviço público opta em realizar processos seletivo simplificado. Scherer (2012/2020) através de notícia no site Edital Concursos Brasil, diz que órgãos públicos em alguns momentos necessitam realizar contratações de pessoas através de processos seletivos de modo emergencial. Tais contratações visam suprir necessidades urgentes que surgem em determinados serviços (SCHERER, 2012/2020). Em vista disso entendemos que as entrevistadas participaram de um processo seletivo divulgado através de edital público da prefeitura.

Conforme o Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009, p.62) “[...] motivação para função; aptidão para o cuidado com

crianças e adolescentes; capacidade de lidar com frustrações e separação; habilidade para trabalhar em grupo; capacidade para lidar com conflitos; estabilidade emocional; tolerância,” são características desejáveis para os profissionais que pretende atuar neste contexto.

No entanto no processo seletivo simplificado as contratações ocorrem de forma temporária e por vezes acabam não contemplado todos os requisitos mencionados pelo caderno de orientações técnicas, e que são necessários para trabalhar num serviço específico como este. Buscamos com essas discussões problematizar e promover um pensar reflexivo sobre a entrada destas profissionais no abrigo.

4.1.1 O ingressar no abrigo: treinamento e capacitação

Conforme o caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009, p. 62) aponta que o perfil exigido para os integrantes da equipe técnica é “[...] formação mínima: nível superior e experiência no atendimento a crianças e adolescentes”. No entanto este documento destaca que para se ter um atendimento de qualidade é preciso investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, equipe técnica bem como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento.

Por se tratar de uma tarefa complexa que exige além de solidariedade, afeto e boa vontade precisa-se que esta equipe possua um conhecimento técnico adequado. Portanto, [...] é importante que seja oferecida capacitação inicial de qualidade e formação continuada a tais profissionais, especialmente aqueles que têm contato direto com as crianças e adolescentes e suas famílias” (BRASIL, 2009, p. 62).

Deste modo após levantamento de dados, nos propomos a verificar se as profissionais obtiveram treinamentos ou capacitações prévias para ingressar no abrigo.

“quando entrei não tinha capacitação prévia. [...] só perguntaram se eu tinha experiência com criança e adolescente né, e eu tinha da época de minha formação acadêmica, essa era minha experiência” (Margarida).

“[...] não, não existe capacitação prévia e os processos seletivos são geral né, na minha época foi voltado ao social, mas era um processo diferenciado, então todas as competências e experiência profissional contava para quem tinha mais experiência no âmbito do social, ham... só que quando fui chamada só foi me dito é no abrigo. [...] eu acho... essa é uma grande lacuna, motivos da gente entrar insegura no ambiente né, por que só foi dito que era no abrigo e não tem uma capacitação ou formação prévia e deveria ter né, para todos que entram em qualquer instituição” (Rosa).

“não, na época quando entrei não tive e provavelmente a equipe técnica que estava lá quando entrei também não” (Pérola).

“não, previamente não teve” (Jasmim),

“não, ham... eles não exigiam, apenas que tivesse conhecimento do que era a instituição de acolhimento, a política, e que já tivesse alguma experiência com o público, assim” (Violeta).

Como podemos constatar na fala das participantes não houve um momento de capacitação e/ou treinamento inicial para elas começarem a trabalhar na instituição. No entanto, as entrevistadas trouxeram a ocorrência de capacitações no transcorrer de sua atuação no abrigo:

“existiam capacitações, no entanto mensais através da secretaria de políticas públicas, tinham assuntos diversos, tópicos de interesse do grupo ou da própria secretária” (Jasmim).

“realizamos uma capacitação de 20 horas para explicar o que era o abrigo, ham... uma capacitação com noções básicas do que era o acolhimento né, noções básicas dos serviços que iam trabalhar em conjunto” (Pérola).

“após um mês eu acho de eu estar lá, começamos uma formação, uma capacitação, e foi a partir dessas capacitações que procurou-se desenvolver trabalhos educacionais com os adolescentes, assim, ham... isso foi muito bom, por que muitos dos colegas não tinham noção de nada, e partir destas capacitações começaram a entender e saber o que significava o abrigo, isso foi positivo” (Margarida).

Frente a isto, evidenciamos na fala de Margarida o quanto essa formação foi essencial, tanto para ela, como para os demais colegas. Identificamos no relato de Rosa que ela sentiu falta de uma capacitação. Sendo assim, pressupõe-se que a existência de capacitações e treinamentos prévios ou continuados, justamente por conta das dissonâncias que envolvem o sistema institucional, seria de essencial ajuda para que o trabalho se construísse mais positivamente no abrigo.

4.1.2 Conhecendo a função

Acredita-se que o trabalho tem um valor representativo muito importante aos sujeitos, desta maneira construir um sentido a este trabalho se faz necessário. Entendemos que ter organização, ter conhecimento do seu fazer, é um modo de concretizar suas atribuições de forma mais eficiente e satisfatória. Refletindo sobre isso, buscamos na análise dos dados identificar como foi lhes passado a função, bem como o fazer *psi* para atuar nesta instituição.

“hummm...esse é um assunto a si pensar! [...] bom nos primeiros dias que estive lá foram me passadas algumas funções mais burocráticas, como por exemplo fazer os PIAS, que é o plano individual de atendimento e contatar vínculos, mas muito

brevemente, né. Ham... era uma situação que precisava ir sendo descoberta, não existe lá uma especificação do que o psicólogo faz” (Jasmim).

“à função foi me passada mais ou menos do que a colega anterior fazia, como relatórios, audiências e de como eram as regras e normas da casa e não o fazer da psicologia na instituição, e quem me passou a função foi uma assistente social” (Rosa).

“nada foi me explicado, quando eu entrei ali a que era psicóloga, que estava anterior, ela já tinha ido embora. [...] ali como era, vinha verba do município, primeiro a pessoa tinha que sair, fazer a demissão e esperar para contratar outra então a gente não fez essa transição (Violeta).

“à função foi me passada pela coordenadora da instituição, visitas domiciliares, atendimento individual ou em grupo e trabalho com a equipe (cuidadores)” (Flora).

Verificamos na fala das participantes que lhes foram passadas as questões burocráticas exigidas para o cargo. No entanto, considerando que a perspectiva do trabalho na área social difere muito da concepção da psicologia, em que compreende o indivíduo e seus conflitos internos, acredita-se que o foi passado a elas deixou uma lacuna no saber-fazer técnico, neste caso, no saber-fazer *psi* destas profissionais.

O caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) traz que as funções da equipe técnica, que inclui o profissional de psicologia, se dão de maneira geral, ou seja, todos trabalham em conjunto. O documento destaca que as principais atividades desenvolvidas por todos os profissionais que atuam na instituição são:

acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; capacitação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e dos adolescentes e suas famílias; organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas família, na forma de prontuário individual; elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente (BRASIL, 2009, p. 70).

Ponderando que algumas dessas crianças e adolescentes permanecem boa parte de suas vidas dentro destas instituições. Consideramos aqui, citar a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 010/05, referente ao código de ética profissional do psicólogo (a), Art. 15, parágrafo 1º em que descreve. [...] “em caso de interrupção ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.” (BRASIL, 2005, p. 14).

Entende-se a partir deste documento que o psicólogo deve zelar pelo destino dos arquivos dessas crianças e adolescentes acolhidos, e deverá repassar este material diretamente ao seu substituto. Observamos nos relatos que as participantes não realizaram compartilhamento de vivências e conhecimentos com as antigas psicólogas da instituição. Em vista disso receberam o material referentes as crianças e adolescentes, bem como suas atribuições de outros integrantes da equipe técnica.

Acreditamos que as trocas de conhecimentos entre os profissionais, principalmente apresentando o material direto ao profissional que vai assumir o cargo, proporcionaria maior segurança no desenvolvimento de suas atividades. Por sua vez, isso refletiria em um cuidado mais qualificado para as crianças e adolescentes acolhidos, bem como com a suas famílias.

4.2 Desenvolvendo o trabalho no abrigo: dificuldades encontradas

Percebemos no transcorrer da análise de dados que ao falarmos sobre trabalho é necessário saber como a instituição empregatícia se constitui, e isso também envolve conhecer o ambiente de trabalho. Sasson e Pereira (2017) descrevem que o acolhimento institucional além de exigir um trabalho multiprofissional, possui uma perspectiva de atenção psicossocial ampliada pela própria equipe técnica atuante dentro da instituição. No transcorrer da análise dos dados constatamos:

“ham... em um ano eu tive três coordenações. Existe uma rotatividade, uma estabilidade muito grande dos profissionais que atuam na casa, né” (Jasmim).

“essa função de trocar de profissionais, uma rotatividade assim sabe, ham... trocava muito os monitores né, e com isso os monitores não tinham conhecimento teórico, e acabava tendo julgamento com os adolescentes, sabe” (Margarida).

“a troca constante de trabalhadores, de educadores, aí cito todos né... nos todos educadores, assistentes sociais, psicólogos, coordenador e monitor, que acho que são os principais, isso já está lá dentro, é algo enraizado na instituição, a rotatividade da equipe” (Rosa).

Observamos nas falas das entrevistadas que algumas das dificuldades encontradas pelas profissionais no desenvolver de seu trabalho, se encontram atravessados por aspectos inerentes ao funcionamento da instituição. Linhares (2014) aponta que a rotatividade, permite que se perca a habilidade de especialistas em determinados assuntos. Promove perda de produtividade, perda de capital intelectual e doenças ocasionadas pela sobrecarga de atividades ao demais servidores, e tem impactos na motivação, no comprometimento e na imagem da organização.

Dando sequência nas narrativas:

“eu sinceramente, sempre vi maior dificuldade... que eu identificava, era com as equipes e não com os adolescentes. A falta de comunicação, a imposição de crenças e valores, a falta de conhecimento teórico era o que tornava difícil” (Pérola).

“falta do espaço ou do papel do psicólogo dentro da instituição, a falta de autonomia da gente. [...]temos uma carga horária de 20 horas semanais, o tempo é curto, dentro de uma instituição que funciona 24 horas, e isso não me permitia ter todo o tempo necessário de estar com os (as) adolescentes ou de conhecer a própria essência da casa. [...] os assistentes sociais têm 30 horas, eu acho que o serviço social é o órgão, talvez, que aparenta ser predominante nas instituições, eu acho! (Rosa).

“à grande dificuldade era entender qual era o meu lugar lá dentro da equipe. [...] O negativo era uma questão de não trabalhar a singularidade de cada um assim sabe” (Violeta).

Considerando que passamos maior parte de nosso dia nos locais de trabalho, e que é neste ambiente que constituímos muitas das nossas relações sociais, observamos o quanto se faz importante termos a compreensão de que somos pessoas diferentes, e que possuímos pensamentos, crenças, valores e conhecimentos dos mais adversos.

A fala das participantes são permeadas por diversas dificuldades e atravessamentos relacionados ao grupo de trabalho, entretanto cabe destacar que cada profissão tem suas especificidades. Pensando nisso e considerando as narrativas trazidas entendemos que todas essas funções possuem algo bem peculiar, com aspectos distintos e de saberes subjetivos. Porém no desenvolver de suas competências dentro do contexto assistencial, deveriam trabalhar em conjunto compartilhando conhecimentos e experiências, respeitando seus saberes, deixando valores e crenças particulares de lado em prol do grupo e da função social da instituição.

“um aspecto era que tanto os funcionários, como os adolescentes tinham uma articulação direta, um contato direto com a secretária de Política Públicas, sem passar pela coordenação, tanto coordenação do abrigo, como da coordenação da proteção especial, e são duas instâncias antes da secretária né. [...] ham... era como se desautorizassem as outras pessoas que estavam ali fazendo seu trabalho sabe, e isso prejudicava o vínculo com os adolescentes” (Jasmim).

“essas coisas da gente ter que estar noticiando tudo para o Judiciário né, as vezes isso prejudicava um pouco sabe” (Margarida).

Silva *et al.* (2015) salienta que a prática interdisciplinar e multiprofissional são os pilares de maior importância dentro das políticas de assistencial social, em especial no contexto de acolhimento para crianças e adolescentes. O diálogo entre equipe técnica, monitores e demais integrantes da instituição abrigo, é de extrema importância, pois só assim poderão contribuir

para que essas crianças e adolescentes consigam transformar sua própria história de vida e o meio social que estão inseridos. (SILVA *et al.*, 2015, p. 63).

O ambiente de trabalho se constitui por meio das relações que ocorrem entre os sujeitos, e dentro deste contexto temos a possibilidade de conhecer o outro e aprender com ele. Mas este processo não se dá sem resistência ou entraves, que podem refletir sobre fatores subjetivos conscientes e inconscientes do sujeito na sua relação com o trabalho. Dejours (2004) diz que devido aos inúmeros conflitos que surgem no interior dos coletivos de trabalho, cooperar é de certo modo recalcar sua inteligência e a sua subjetividade. Deste modo nem sempre a desistência é facilmente consentida por todos. Segundo o autor, indivíduos que recusam estas limitações, “ocasionam um sofrimento intolerável ao seu desejo de se colocar à prova sem nenhum outro entrave que os seus próprios limites.” Assim sendo o individualismo do sujeito prevalece, colocando em risco o coletivo e a cooperação (DEJOURS, 2004, p. 32).

A partir dessas considerações identificamos nos relatos a existência de uma falta de comunicação, ou talvez de um alinhamento na condução técnica do trabalho entre os envolvidos com o funcionamento da instituição. Aspectos como estes são fatores relevantes e destacam-se por serem geradores de instabilidade no desenvolvimento das funções.

4.2.1 O fazer *Psi*: entre a teoria e a prática

Enfatizando o contexto social de crianças e adolescentes acolhidas em abrigos, mencionamos Cagnani (2016). Segundo esta autora o trabalho do (a) psicólogo (a) deverá sempre ser pautado no levantamento de recursos psicossociais e no fortalecimento da subjetividade dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento de sua cidadania e autonomia potencializando o reconhecimento de sua identidade. Portanto os (as) psicólogos (as) precisam trabalhar para desenvolver um ambiente afetivo e acolhedor, buscando com isso amenizar as marcas da violência, e do sofrimento trazido pela história de vida de crianças e adolescentes em situação de acolhimento (CAGNANI, 2016, p. 37).

No transcorrer da análise dos dados, percebemos no relato das participantes uma desarmonia entre e o que elas conhecem da teoria e o que realmente foi possível fazer na prática dentro do abrigo.

“como deveria ser, eu acho que está bem claro em um caderno de orientações técnicas, e no próprio fazer do psicólogo, mas sinceramente, eu ainda tenho dúvidas do papel do psicólogo em relação a uma instituição que se caracteriza social. [...] o que está nas orientações, do que é um trabalho social e o que é feito na prática, existe

uma lacuna muito grande, ham... a gente se sente insegura enquanto psicóloga, perante o assistente social ou ao que a própria instituição social requer” (Rosa).

“o que eu senti! o que eu mais sinto, é que não existe uma clareza do papel do psicólogo, não existe uma diferença de normativa do que o psicólogo deve fazer do que a assistente social deve fazer” (Jasmim).

Sendo assim, questões relacionadas entre o que se sabe na teoria e o que se encontra na prática no âmbito das políticas públicas de assistência social, especialmente no contexto de acolhimento de crianças e adolescentes, nos impulsionam a pensar e a nos questionarmos sobre os padrões que sustentam o saber-fazer técnico dos (as) psicólogos (as) nesta área de atuação. Corroborando com isso, no seguimento das narrativas trazidas pelas participantes, apontamos a fala de Margarina e Pérola:

“são tantas coisas, não vejo o psicólogo fazendo aquele trabalho bem formal né, bem burocrático bem técnico sabe, por que ele perpassa tantas outras coisas. [...] não é um trabalho isolado, é um trabalho multidisciplinar” (Pérola).

“dentro do abrigo tínhamos muito a parte burocrática, fazer relatório, fazer os PIAS, e isso tomava muito tempo, sabe... ham, pelas trocas que teve ia se acumulando os relatórios, por isso a gente tinha pouco tempo com os adolescentes” (Margarida).

Compreendemos que no contexto de acolhimento de crianças e adolescentes, o profissional de psicologia precisa ter possibilidades de criar o seu espaço. Pois será desta maneira que o psicólogo (a) conseguirá compreender a singularidade e as fragilidades destes sujeitos, e do mesmo modo preservar as potencialidades e os direitos destas crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

No ano de 2007, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), elaboraram em conjunto um documento intitulado “Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência Social”. Esse documento tem por objetivo abordar aspectos referentes a parâmetros éticos-políticos e profissionais quanto a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) dentro da Política de Assistência Social. Destaca-se no documento a seguinte formulação:

Com base nas competências e atribuições de cada profissão, a definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho deve ser prerrogativa dos(as) profissionais. Desse modo, deve-se evitar padronização de rotinas e procedimentos pelo órgão gestor, pois o trabalho profissional requer inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade. Assim, os(as) profissionais devem ter assegurado o seu direito à autonomia no planejamento e exercício de seu trabalho. Nessa perspectiva, o documento aqui apresentado não pretende estabelecer um “manual” de procedimentos e nem um conjunto de “receitas” para orientar o exercício do trabalho, mas objetiva contribuir

para fortalecer a intervenção interdisciplinar, resguardando as competências e atribuições privativas de cada profissão (CFP; CFESS, 2007, p. 08-09).

O papel da psicologia em diferentes âmbitos, está apoiado em tencionar, questionar e refletir sobre seu fazer dentro dos mais abrangentes contextos. Refletindo sobre as falas trazidas pelas participantes, e o que aponta o documento entendemos que psicologia só conseguirá unificar a teoria com a prática no momento em que o (a) psicólogo (a) tiver possibilidades de desenvolver suas funções pautando-se sobretudo na dimensão ética da sua profissão, de modo a superar o fazer centrado somente nas tarefas operacionais.

4.2.2 Percepções e sentimentos sobre a experiência de atuar no abrigo

Na análise de dados destacou-se também o relato das participantes sobre sua experiência em trabalhar no abrigo, e nos trazem importantes sentimentos quanto a sua atuação em um lugar de muita vulnerabilidade social e afetiva. As narrativas apresentam sentimentos de superação, surpresa e gratificação, no entanto também aparecem caracterizadas como inquietantes, frustrantes e desafiadoras, conforme podemos verificar abaixo:

“uma grata surpresa, te confesso que no final eu já estava cansada. Cansada em função dessas coisas que comentei de fofoca, de picuinha né, um jogo de vaidade, mas ainda assim foi uma grata surpresa. [...] em relação aos adolescentes eu não imaginava que eu teria essa capacidade de trabalhar num contexto de tanta vulnerabilidade e foi muito bom, eu os levo com muito carinho, eu tenho um carrinho muito grande por eles” (Jasmim).

“foi maravilhosa, eu tenho, ham... eu cresci muito como profissional. eu não tinha experiência e cheguei ali, assim...é um ambiente, é algo complexo né... foi bom, foi gratificante. [...] eu tenho assim, ham... acho que a palavra é gratidão por ter trabalhado lá” (Margarida).

Observamos que ao descreverem suas experiências, as participantes revelam sentimentos e características subjetivas de cada uma, apresentando aspectos peculiares ao momento em que cada uma atuou no abrigo. Verificamos na fala de Margarida a gratidão pelos ensinamentos adquiridos, devido a ser seu primeiro emprego após formada. Jasmim diz que não imagina que teria capacidade de atuar nem contexto de tanta vulnerabilidade apesar de ter anos atuando como psicóloga em vários outros contextos.

“à minha experiência foi inquietante, eu não consigo enxergar coisas muito positivas, mas... o carrinho que a gente vai construindo com os adolescentes é único e exclusivamente à melhor parte. [...] em relação ao trabalho dentro da instituição, foi

de certa forma frustrante, ham... apenas no final do contrato que eu estava começando a me sentir com mais autonomia para trabalhar” (Rosa).

“foi um desafio bem grande, quando eu entrei lá a estrutura era muito pequena e tinha poucos dormitórios, chegou a ter mais de trinta adolescentes, e era misto o abrigo. [...] o mais difícil foi a questão de estrutura mesmo e não ter o mínimo para garantir os direitos deles, para mim o trabalho era bem desafiador, sabe... na verdade o trabalho em si é ótimo, se não tivesse questões políticas, que é que estraga eu acho, sabe” (Violeta).

Os relatos de Rosa e Violeta nos instigam a pensar sobre as fragilidades que permeiam esse contexto, e também refletir sobre o lugar que os (as) psicólogos (as) ocupam nessas instituições de acolhimento infanto-juvenil. Percebe-se em suas falas que além de terem que lidar com toda a vulnerabilidade, o sofrimento e as dores dos jovens acolhidos, precisam reconhecer e lidar com seus sentimentos, superar seus próprios medos e enfrentar suas frustrações. E lutar por seu espaço e reconhecimento enquanto profissional.

“foi desafiadora, mas muito tocante ao mesmo tempo, por entender o histórico de cada acolhido e suas dores” (Flora).

“é algo assim, que é muito cansativo, é muito desgastante, a maior dificuldade que eu identifiquei era com as equipes e não com os adolescentes” (Pérola).

Suas falas são atravessadas por dificuldades e desafios a serem superados, o que nos levou a perceber que a psicologia no seu fazer social e ético, ainda engatinha dentro da política de assistência social, tendo muito a construir para assim contribuir neste campo.

Conforme Silva (2012, p. 1) os (as) psicólogos (as) [...] “deparam-se com diversas situações que na maioria das vezes são desgastantes, frustrantes e que nos afetam, mas que é necessário abrir novos espaços para a resolução desses problemas, buscando melhores condições de vida”. Conforme essa mesma autora, para que o (a) psicólogo (a) consiga trabalhar neste contexto atravessado por transformações e adversidades, se faz necessário que este profissional entenda o sentido da palavra transformar. Ou seja, para o psicólogo (a) conseguir transformar este contexto, ele precisa também se transformar, por que será desta maneira que ele (a) poderá construir junto com essas crianças e adolescentes condições para que eles ressignifiquem sua história de vida.

4.3 Vivências de sofrimento e prazer do psicólogo (a) em seu fazer no abrigo

Ao pensarmos no ato de trabalhar, consideramos a necessidade biológica, social e psíquica dos indivíduos. As pessoas trabalham por sobrevivência, entretanto para que este

trabalho seja prazeroso e satisfatório se faz necessário receber compensações por realizá-lo. Sendo assim o profissional sente prazer ao acordar pela manhã e ter um trabalho, realizar tarefas, muitas vezes estressantes, e compartilhar seu dia com pessoas que pensam de maneiras diferentes da sua.

Na atualidade, são evidentes as transformações no mundo do trabalho, mas mesmo assim o trabalho conserva um lugar de relevância na vida das pessoas e na estruturação das sociedades. A trajetória de ambos homem e trabalho, confunde-se e interligam-se socialmente. Desde a história antiga e mitológica, o fenômeno é definido como fonte de sobrevivência e, do mesmo modo, fonte de elevação moral e espiritual. Poderia ser experienciado com dor e sofrimento, como símbolo de escravidão e degradação, bem como uma exuberante forma de expressão de si mesmo e da conquista de dignidade, meio de sobrevivência ou referência de integração social (CAVALHEIRO; TOLFO, 2011, p. 11).

Segundo Mendes e Muller (2013) para a teoria da Psicodinâmica do Trabalho, o prazer e o sofrimento não devem ser separados, de modo que o trabalho contribui para transformar o sofrimento em prazer a partir de condições políticas e sociais de cada organização de trabalho. No decorrer da análise de dados observamos o quanto as psicólogas demonstram satisfação no trabalhar com crianças e adolescentes, apesar de vivenciarem momentos estressores e desgastantes.

Dejours (2007) afirma que o trabalho está constantemente atravessado pela experiência do sofrimento, mas nem sempre o conflito entre a subjetividade do sujeito e a organização ocorrem por questões infelizes. O prazer e o sofrimento estão permeados por uma relação subjetiva entre o indivíduo e seu trabalho. O que definirá se ele adoecerá ou conseguirá transformar esse impasse em algo criativo, será a forma com que o sujeito lida com esse sofrimento (AZEVEDO; FIGUEIREDO, 2015).

Sabe-se que o abrigo é permeado por questões conflituosas e que pode levar os que lá trabalham a ter uma experiência de sofrimento. Diante disso, sentimos a necessidade de falar sobre o prazer que as profissionais tiveram em trabalhar neste contexto e também identificar a existência de sofrimento no decorrer da atuação nesta instituição.

“a gente não consegue se legitimar como profissional, quando vê já passou meio ano a gente tem que sair e já tem aquela expectativa de quem será a próxima, os adolescentes começam a perceber e não querem mais ter uma proximidade, sabe. [...] estar com os adolescentes, e ver que algumas atitudes, pode ser pequena, mas estar com eles poder ajudar, poder orientar e sentir que eles estavam sendo ajudados era muito prazeroso” (Rosa).

“Os desafios encontrados por mim foram justamente poder afirmar o meu saber, como algo importante nas minhas relações com a equipe. [...] os fatores que me

davam prazer era principalmente o contato com os adolescentes, quando fluía esse vínculo eu percebia que estava avançando” (Jasmim).

Segundo Gaulejac (2007, p. 215) “a incerteza encobre medo de ser reprovado, quando a luta pelos lugares se desencadeia, o medo de ser posto fora do jogo é permanente”. Sabemos que o não reconhecimento do trabalho gera insatisfação e sofrimento. Deste modo ao identificarmos na fala das entrevistadas especificidades de não estarem conseguindo se legitimar enquanto profissional, e ter por desafio o firmar do seu saber, já é entendido como um gatilho para o desenvolvimento de experiências de sofrimento psíquico.

“com a equipe é complicado, por que são pessoas de formações diferentes, história de vidas diferentes, até essa questão de uma área interferir na outra. [...] a coisa mais legal é quando tu consegues efetivamente ter a confiança dos adolescentes, aí tu percebes que o vínculo foi criado” (Pérola).

“a parte mais difícil é trabalhar com a falta de estrutura, de uma equipe adequada. [...] o prazer era estar com os adolescentes, o sofrimento era não dar conta daquilo tudo que emergia lá dentro” (Violeta).

Dejours (2004) diz que é imprescindível reconhecer o modo de agir de cada trabalhador, valorizar suas ações, o seu saber-fazer, possibilitando o fortalecimento da identidade de cada indivíduo. Entende-se que toda relação de trabalho se constitui através da cooperação, entretanto esta cooperação irá depender da vontade dos indivíduos em trabalharem juntos. Por que em muitos casos as pessoas terão que renunciar seu ponto de vista e abrir mão de seus ideais em benefício do desejo do grupo.

Observamos na fala das entrevistadas que as questões que mais causam sofrimento, está relacionado ao reconhecimento, a valorização e a legitimação do fazer-técnico da psicologia no abrigo. Dejours (2007) diz, aqueles que trabalham e se esforçam para fazer o seu melhor, pondo toda sua energia, paixão e investimento pessoal em sua atuação profissional, querem e precisam que esta contribuição seja reconhecida. Quando isso não ocorre, e o seu fazer passa despercebido ou até mesmo negado pelos outros, tal situação causa sofrimento e é muito perigosa para a saúde mental do indivíduo. (DEJOURS, 2007).

Deste modo observamos que apesar das participantes trazerem tais aspectos como desafios, compreendesse que essas questões são significantes de sofrimento. O que nos leva a refletir a partir da teoria da psicodinâmica do trabalho de Dejours, pois deste modo as entrevistadas estão fazendo o movimento de uma estratégia defensiva. De acordo com Dejours (2005) as estratégias defensivas seriam um mecanismo onde o trabalhador busca modificar,

transformar e minimizar sua percepção da realidade que o faz sofrer. Este processo é mental, já que ele não modifica a realidade de pressão desencadeada pela organização do trabalho.

Através da análise dos dados percebemos que o prazer estava ligando diretamente ao fato das psicólogas estarem atuando com crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade que necessitavam de atenção e carinho. Identificamos que foi a partir do vínculo criado com as crianças e adolescentes acolhidas, que as psicólogas conseguiram transformar seu sofrimento em prazer.

4.4 Importância e desafios da psicologia no contexto de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Considerando as especificidades de cada uma das profissões que atuam no abrigo, bem como suas peculiaridades, percebemos nas narrativas trazidas pelas participantes que todas possuem aspectos distintos e saberes subjetivos. Porém no desenvolver de suas competências dentro do contexto assistencial, deveriam trabalhar em conjunto compartilhando conhecimentos e experiências. Refletindo sobre o contexto do abrigo direcionamos nosso pensar no que Souza (2012) citado por Torossian (2017) menciona, ao analisarmos o cenário atual percebemos uma visão distorcida sobre a realidade vivida e a violência simbólica e isto que encobre uma opressão injusta, relativa a percepções sociais que compõem nossa realidade.

Compreendendo a diversidade com que psicologia se apresenta hoje, identificamos nas falas das participantes o quanto a psicologia é importante no contexto da assistência social. Entretanto muitos são os desafios a serem superados, especialmente em instituição de acolhimento para crianças e adolescentes.

“à psicologia tem um papel muito importante, ela poderia acrescentar muito mais se de fato existisse esse trabalho de intermediar relações. Se existisse a questão de trabalhar sobre sigilo, sobre cuidado, sobre o próprio conceito de acolhimento... sobre o que é um acolhimento, se a nossa voz fosse ouvida nesse sentido pela equipe, eu acho que aí sim o papel da psicologia teria legitimidade. [...] geralmente o coordenador da política maior é o assistente social, aí a coordenação do abrigo passa a ser do assistente social. O psicólogo fica para a questão de indicar se tem a necessidade de avaliação psicológica, tem que ouvir o sofrimento, e é isso..., o poder de decisão acaba sendo do assistente social” (Rosa).

“por entender de desenvolvimento humano, por tentar e ter como princípio o fortalecimento da saúde mental, e por enxergar esses adolescentes como sujeitos e não objetos de trabalho, a psicologia tem muito a contribuir enquanto ciência. [...] por vezes nosso trabalho não tem visibilidade ou existe uma tendência das pessoas a atribuem um valor quase mágico ao nosso papel, então acho que é isso o maior desafio, é firmar a psicologia enquanto ciência, enquanto um saber necessário neste espaço” (Jasmim).

Sasson e Pereira. (2017) dizem que, dentro das Políticas Públicas de Assistência Social, a inserção da psicologia enquanto promotora de proteção social a crianças e adolescentes avança com compromisso de garantir direitos humanos e sociais. Portanto precisa ter participação na reformulação e reavaliação das Políticas de Assistência Social, principalmente em serviços de proteção social de alta complexidade. Pois será desse modo que conseguira contribuir, garantir e promover um acolhimento com condições sociais e afetivas, mais solidas para o desenvolvimento desses sujeitos em sua realidade social.

“a importância da psicologia está em tu poder trabalhar todas as informações recorrentes dos adolescentes acolhidos, e também no trabalho com as famílias, que é fundamental. Pensar o trabalho com judiciário e o ministério público, e ter um olhar crítico sobre os acolhimentos que chegam e os acolhimentos que saem. [...] o desafio está na questão interpessoal, ao mesmo tempo que é muito bom tu ter uma equipe, tu tens que estabelecer qual é o teu limite de atuação, até onde tu vais e até onde o outro colega podes interferir” (Pérola).

De acordo com Torossian (2013), é preciso entender o papel fundamental da crítica e a problematização nas intervenções psicológicas. Saber que a reflexão sobre aquilo que produzido é parte fundamental no fazer de psicólogos (as). Segundo a autora, é nesse ponto que a teoria e a prática se encontram de forma conjunta, entendendo que os vínculos construídos nos possibilitam amarrar e desamarrar os nós, que circundam qualquer que seja os fundamentos e amarras existentes neste contexto (TOROSSIAN, 2013).

Guedes e Scarcelli (2014) descrevem que a psicologia a serviço de suas invenções das estratégicas, deveria se permitir desviar de rotas, de fazer furos e desse modo se (re) inventar a partir de novos caminhos. Segundo as autoras a ética dos saberes *psis* nessas instituições, devem incidir justamente na criação de saídas, de encontrar atalhos deste labirinto institucional que é o acolhimento para crianças e adolescentes (GUEDES; SCARCELLI, 2014, p. 65).

As narrativas apresentadas pelas participantes, trouxeram pontos que nos fazem refletir sobre questões subjetivas relativas ao encontro do psicólogo (a) com o abrigo, mas por vezes tem-se a impressão de que estas obedecem a interesses institucionais da gestão municipal, não sendo propriamente compatível com a função social da instituição em si (abrigo). Dando sequência aos relatos constatamos:

“o trabalho da psicologia se torna primordial em auxiliar estes jovens a desenvolver recursos para seguirem suas vidas diferente das que tiveram, com mais cuidado e responsabilidade, ter um olhar e uma escuta cuidadosa neste momento fará toda a diferença no seu futuro” (Flora).

“dá para fazer diferente, dá trabalho ham..., mas trabalhar a singularidade de cada um seria importante, mas muitas vezes que tentei fazer isso, eu era vista como a tia

boazinha, a que passa a mão por cima, que deixa fazer tudo sabe, vinha uma distorção do que a gente falava, e não era visto como uma questão ética, de cuidado com a subjetividade dos adolescentes” (Violeta).

Os atravessamentos de estigmas, das ideias sociais, do que é certo ou errado, da moralidade, onde se entende que é necessário passar para o adolescente questões de regras, limites para que eles consigam ser alguém, vem desenquadrando um olhar que é técnico do psicólogo. Olhar esse que perpassa o abrigo e, deste modo, aquilo que é visto como um “passar a mão por cima”, no seu contexto, pode ser entendido como um olhar técnico, um olhar de um cuidado com a subjetividade daquela criança ou adolescente, que é um cidadão de direito.

“o importante da psicologia se dá no trabalhar bem mais a questão da subjetividade, da individualidade de cada um lá dentro, e de se trabalhar com menos grupo, e seria deste modo que a psicologia conseguiria garantir um mínimo desses adolescentes ali. Por mais que tenha esse coletivo, tu poder olhar para aquele sujeito, um sujeito de direito que tem garantias, ham... eu acho que é isso é o nosso papel ali sabe, e de nos manter firmes assim, a gente tem abordagem, a gente tem técnica para estar ali, para escutar, para fazer as intervenções sabe, não deixar isso se perder assim. [...] então... o desafio da psicologia é o de conseguir se posicionar, de nós colocarmos ali, de colocar nosso papel ali dentro sabe, mantendo o que está no código de ética.” (Violeta).

Compreendemos que o mais importante no fazer da psicologia em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, deve estar obviamente, pautada em um compromisso social, vinculada a uma prática coerente que seu propósito. Porém, percebemos que existem muitas dimensões com as quais os profissionais de psicologia estão comprometidos. Prevenir, proteger, promover, enfim no garantir o mínimo para crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Identifica-se a importância de se ter um olhar crítico por parte dos psicólogos que atuam nessa área, pois é desta maneira que estes profissionais conseguirão promover uma articulação entre a prática e seus conhecimentos teóricos.

“a importância da psicologia está no realizar algum projeto, algum programa, porque eles acabam vivendo muitas coisas, muitos julgamentos. [...] acho que deveria ter alguma coisa mais direcionada assim a saúde mental, mais direta sabe, isso é muito importante, por que lá esta questão da saúde mental é muito difícil trabalhar” (Margarida).

Martin Baró (1997) afirma que é através das circunstâncias concretas da população que trabalho profissional do psicólogo deve ser definido. Devendo ele voltar sua prática para a melhoria das condições de vida da população que ele atende, assumindo para si o compromisso de transformação da realidade social. Sasson e Pereira. (2017) aponta que os desafios se encontram como:

a falta de clareza da ação profissional da psicologia comprometida com a realidade social, tanto pelos gestores dos serviços quanto pelos próprios profissionais desta área; a ausência de uma rede estruturada que dê conta da interlocução intersetorial; e, a necessidade de ampliação da capacitação de toda equipe técnica presente nas instituições de acolhimento e de formação profissional crítica e contextualizada com as demandas presentes no contexto social. Essas questões fazem com que a proteção social especial de alta complexidade a crianças e adolescentes apresente muitas falhas e inconsistências que urgem em serem superadas. (SASSON; PEREIRA, 2017, p. 15)

As especificidades do objeto de trabalho da psicologia que é a subjetividade, demanda uma articulação com os outros campos do saber e com as outras áreas. E isso não é fácil de fazer, precisa de esforços, precisa ser melhor delineada porque ainda está em construção. Trata-se de um desafio. O objeto de trabalho da psicologia necessita que os (as) psicólogos (as) façam um esforço no fazer valer esse objeto de trabalho junto aos outros campos do saber. Deste modo identificamos nas falas trazidas que realmente muito são os desafios que estes profissionais enfrentam para garantir direitos, cuidado e proteção à criança e adolescentes acolhidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as demandas sociais emergentes na atualidade, percebemos que a Psicologia vem construindo uma trajetória de práticas de cuidado no âmbito das políticas públicas, aliada a outros campos do saber. Na política de Assistência Social, destaca-se a importância da atuação do psicólogo em instituições de acolhimento/abrigos para garantir direitos e cidadania de crianças e adolescentes.

Em nossa busca por compreendermos qual é o papel dos (as) psicólogos (as) em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, evidenciamos através desta pesquisa que as atribuições da psicologia estão atravessadas por adversidades próprias deste contexto. Identificamos que as principais dificuldades se apresentam relacionadas a questões do trabalho, ao reconhecimento, à valorização, bem como à necessidade de consolidar o fazer da psicologia no contexto das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

Subsequente, observamos também que impasses como a carga horária, rotatividade de profissionais, a falta de capacitação e/ou treinamento da equipe técnica e monitores para atuar no abrigo, são desafios a serem superados no cuidado e proteção dessas crianças e adolescentes.

A partir dos estudos para elaboração deste trabalho e da inserção no abrigo enquanto estagiária de psicologia, foi possível perceber que esse tema se apresenta como um campo não muito visto em discussão na literatura acadêmica, sendo desta forma pouco explorado no campo das Políticas de Assistência Social. Fazer reflexões sobre esse tema nos possibilitou ampliar o olhar diante de questões que até então eram despercebidas por nós.

A pesquisa nos permitiu ampliar a visão e entender que a psicologia ainda encontra desafios na construção desta prática. Pode-se obter respostas nas entrevistas que foram além das expectativas almejadas no projeto, exemplo a questão do sofrimento e o prazer destas profissionais no decorrer de atuação neste contexto, um novo elemento que não tinha sido apresentado.

Suas falas nos oportunizaram entender que a inserção do psicólogo no campo da Assistência Social necessita da construção de novas metodologias, bem como uma reflexão crítica sobre sua atuação nos cenários em que as desigualdades sociais se fazem presentes. Acreditamos que será desta forma que os profissionais de psicologia, conseguiram fazer de sua profissão uma ferramenta para mudança social.

Entendemos o quanto psicologia se torna fundamental no atendimento psicossocial de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. E, desta maneira, garantir que

estes indivíduos tenham seus direitos preservados dentro do abrigo, possibilitando a eles ter uma melhor qualidade de vida e assim ressignifiquem sua história e vivências envolvidas em sofrimento.

Destacamos que os resultados apresentados não ambicionam a generalização, mas o princípio de discussões acerca do papel de psicólogos (as) em instituição de acolhimento a crianças e adolescentes. Acredita-se que esta pesquisa possa assessorar novos estudos acerca da temática de atuação do psicólogo no cenário de instituições de acolhimento infanto-juvenil, uma vez que se observa a multiplicidade de questões que ainda precisam ser discutidas neste campo da interface da psicologia e política de assistência social.

REFERÊNCIAS

ALGERI, S.; SOUZA, L. M. Violência Contra Crianças e Adolescentes: Um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 625-631, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a23.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre a sua constituição**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2014.

AZEVEDO, A. P. F.; FIGUEIREDO, V. C. N. Vivências de prazer e sofrimento mental em um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista psicologia: Organização e Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 30-42, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v15n1/v15n1a04.pdf>. Acesso em: 13 de maio 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, R. **Integração familiar e crianças e adolescentes: possibilidades e desafios**. São Paulo: Veras, 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: DF, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006b. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019

CAGNANI, L. J. R. P. **O trabalho do Psicólogo no Abrigo Institucional**. São Paulo: Zagodoni, 2016.

CAVALHEIRO, G.; TOLFO, S. da R. Trabalho e depressão: um estudo com profissionais afastados do ambiente laboral. **Psico-USF**, v. 16, n. 2, p. 241-249, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psuf/v16n2/v16n2a13.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

DEJOURS, C. **O fator humano**. 5. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

DEJOURS, C. O trabalho entre sofrimento e prazer. In: DEJOURS, C. **Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a03.pdf>. Acesso em 22 abr. 2020.

FERREIRA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GARCIA, M. F. **A Constituição Histórica Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente: Do Abrigo Ao Acolhimento Institucional**. 2009. 54f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial283137.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GUEDES, C. F.; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicol. Soc.**, v. 26, n. spe, p. 58-67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/07.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

LINHARES, L. M. **Rotatividade no serviço público: estudo de caso do cargo de analista de planejamento e orçamento**. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36884>. Acesso em 12 jun. 2020.

MALVEZZI, S. A profissionalização dos psicólogos, uma história de promoção humana. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 17-31.

MANZINI, E. J. **Entrevista: definição e classificação**. Marília: Unesp, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000100002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 31 out 2019.

MENDES, A. M.; MULLER, T. da C. Prazer no Trabalho. In VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, Á. R. C. (Orgs). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Juruá: Curitiba, 2013. p. 289-296.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007. Acesso em: 31 out. 2019.

NERY, V. A psicologia no suas: interdisciplinaridade nos cotidianos de trabalho. In: CORDEIRO, M. P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L. V. **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018. p. 96-113. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890-1?inline=1>. Acesso em: 26 jul. 2020.

PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor". **Estudos de psicologia**, v. 15, n. 2, p. 153-160, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/261/26119148003.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PARKER, I. **Revolution in psychology: Alienation to emancipation**. London: Pluto Press, 2007.

PEREZ, K. V. "**Entre o real e o ideal, existe o possível**": a proposta da Clínica do Trabalho Institucional como dispositivo de atenção à saúde mental dos profissionais e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). 2017. 310 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Del Niño, 1995.

RIZZINI, I. **A institucionalização de Crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, D. H. **Violência Doméstica/intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes e a afirmação de Direitos: A Notificação Compulsória no Hospital das Clínicas de Pernambuco**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11445/1/DISSERTA%20C3%87%C3%83O_D EL%20C3%82NIO%20HOR%20C3%81CIO%20DOS%20SANTOS.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

SANTOS, L. Adoção ou abrigos de tipo ideal. **Serviço Social e Sociedade**, v. 21, n. 63, p. 76-93, 2000.

SASSON, M. D. H.; PEREIRA, J. A. Atuação Da Psicologia Em Instituições De Acolhimento: desafios e perspectivas na visão de profissionais de psicologia. **In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (EIGEDIN)**, 1., 2017. Naviraí. **Anais [...]** Naviraí: UFMS, 2017. p. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4313>. Acesso em: 25 maio 2020.

SCHERER, V. Qual a diferença entre concurso e processo seletivo? **Editais Concursos Brasil**. 2012/2020. Disponível em: <https://editaisconcursosbrasil.com.br/blog/qual-a-diferenca-entre-concurso-e-processo-seletivo/>. Acesso em: 17 maio 2020.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006. Acesso em: 5 nov. 2019.

SILVA, C. D. L. *et al.* A psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.10, n. 1, p. 55-65, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/05.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020

SILVA, E. M. dos S. Ser Psicólogo Social: quais desafios enfrentamos para atuar na comunidade, com a comunidade. **Psicologado**, [S.l.], 2012. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-social/ser-psicologo-social-quais-desafios-enfrentamos-para-atuar-na-comunidade-com-a-comunidade> . Acesso em: 6 Jul 2020.

SILVEIRA, D. de M. **O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis: cultura política e democracia**. 2004. 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17933/1/Darlene%20de%20Moraes%20Silveira.pdf> f. Acesso em: 5 nov. 2019.

SOARES, A. R. A psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. SPE, p. 8-41, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 nov. 2019.

TOROSSIAN, S. D. et al. " Eu queria mudar": a psicanálise face à adolescência pobre e sem lugar. **Subjetividades**. v. 17, n. 3, p. 57-69, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/download/5575/pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

TOROSSIAN, S. D. Nós, Medidas, Proibições, Aberturas e Encontros num Caso de Juventude em Ato Infracional. In: MOREIRA, J. de O; GUERRA, A. M. C.; SOUZA, J. M. P. de (Orgs.). **Diálogos com o campo das medidas socioeducativas**: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente. Paraná: CRV, 2013. p. 183-193.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

VENÂNCIO, R. P. **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2010.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

1. Idade:
2. Áreas de Formação:
3. Tempo de atuação como Psicóloga:
4. Experiências anteriores:
5. Como ocorreu sua entrada para atuar no abrigo?
6. Na sua opinião qual o trabalho desenvolvido pelos psicólogos dentro desta instituição?
7. Teve formação prévia?
8. Como foi lhe passada a função?
9. Quanto tempo permaneceu no abrigo?
10. Quais eram os fatores que lhe davam prazer em trabalhar lá?
11. Quais os aspectos positivos encontrados em seu trabalho no abrigo?
12. E quais eram os aspectos negativos encontrados lá?
13. Como foi para você a experiência de trabalhar em uma instituição de acolhimento/abrigo?
14. Como era sua relação com os demais integrantes da equipe técnica, gestores, monitores e funcionários do abrigo?
15. Como era sua relação com os adolescentes?
16. Para você, quais os desafios da psicologia em instituições de acolhimento/abrigos?
17. Quais os desafios encontrados por você para atuar dentro desta instituição?
18. Qual sua percepção quanto às suas contribuições para o abrigo?
19. Fale sobre suas vivências e reflexões quanto ao seu trabalho no abrigo.
20. Para você, quais as implicações da psicologia para auxiliar no cuidado e na proteção de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos?

ANEXO A - Termo de consentimento livre esclarecido

Prezado(a) senhor(a)

O/A senhor(a) está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) do projeto de pesquisa intitulado **Entre teoria e Prática: Experiências e Desafios da Psicologia em Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Esse projeto é desenvolvido por estudantes e professores do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, e é importante porque pretende compreender a percepção dos psicólogos quanto ao seu trabalho e suas contribuições para as instituições de acolhimento/abrigos, bem como identificar quais as implicações da psicologia para auxiliar na proteção de crianças e adolescentes acolhidas em abrigos. Para que isso se concretize, o(a) senhor(a) será contatado (a) pelos pesquisadores para a realização de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, que levará em média (1h) uma hora com cada participante para coleta de dados. Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, por exemplo, constrangimentos ao falar sobre assuntos inerentes a algum sofrimento ou experiências desagradáveis. Porém, como toda pesquisa envolve risco mínimo, este não será maior do que o psicólogo já vive em seu cotidiano, bem como terá o suporte da equipe da pesquisa. Por outro lado, se o (a) senhor/a concordar em participar dessa pesquisa, benefícios futuros para a atuação Psicologia na área de atuação na Política de Assistência Social poderão acontecer, tais como: um pensar crítico e reflexivo quanto ao método de trabalho utilizado pelos psicólogos (as) dentro destas instituições de acolhimento, e igualmente, possibilitar uma compreensão dos desafios da psicologia em instituições de acolhimento/abrigos e identificar potencialidades do trabalho da psicologia para auxiliar na proteção de crianças e adolescentes acolhidas em abrigos. Para participar dessa pesquisa a senhora não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer outra natureza.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ declaro que autorizo a participação de meu (minha) responsabilizado (a) neste projeto de pesquisa, pois fui informado(a), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serão realizados, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de imagem e voz de meu (minha) responsabilizado (a) de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação dos resultados da pesquisa, desde que ele (a) não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado(a):

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar o consentimento de meu (minha) responsabilizado (a), a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de seu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que meu (minha) responsabilizado (a) não será identificado (a) quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade de meu (minha) responsabilizado (a) em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos à saúde de meu (minha) responsabilizado (a), diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para participação de meu (minha) responsabilizado (a) nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é Alíssia Gressler Dornelles. Fone: (51) 995151237

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717-7680.

Local: _____

Data ___ / ___ / ___

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do responsável

ANEXO B – Termo de aceite Coordenação Curso de Psicologia


Santa Cruz do Sul, 13 de novembro de 2019.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, CEP-UNISC

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o projeto de pesquisa, intitulado: “Atuação da Psicologia em Instituições de Acolhimento: desafios, vivências e reflexões acerca do trabalho de psicólogos em abrigos” desenvolvido pelo (a) acadêmico (a) Andréia Esperidião Port do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, sob a orientação do (a) professor (a) Alíssia Gressler Dornelles, bem como os objetivos e a metodologia da pesquisa, autorizamos o desenvolvimento no (a) Abrigo Municipal Viver Melhor.

Atenciosamente,



Simone Caldas Bedin

Coordenadora do Curso de Psicologia

ANEXO C – Termo de aceite Secretaria de Políticas Públicas - SEPOP

Santa Cruz do Sul, 18 de outubro de 2019.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, CEP-UNISC

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o projeto de pesquisa, intitulado: "Atuação da Psicologia em Instituições de Acolhimento: desafios, vivências e reflexões acerca do trabalho de psicólogos em abrigos" desenvolvido pelo (a) acadêmico (a) Andréia Esperidião Port do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, sob a orientação do (a) professor (a) Alíssia Gressler Dornelles, bem como os objetivos e a metodologia da pesquisa, autorizamos o desenvolvimento no (a) Abrigo Municipal Viver Melhor.

Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP-UNISC, conhecer e cumprir as Resoluções do CNS 466/12 e 510/2016 e demais Resoluções Éticas Brasileiras. Esta instituição está ciente das suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para tanto.

Atenciosamente,



Ana Lúcia Dalla Favero Grotto
Assistente Social - Cress 4688
Coordenadora Departamento Proteção Social
Especial Secretária de Políticas Públicas

Ana Lúcia Dalla Favero Grotto
Coordenadora da Proteção Social Especial
Matrícula: 10622